

O movimento dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina e sua luta pela participação

Maria das Dores Daros de Amorim *

No Brasil da transição política, professores, bancários, médicos, entre outros profissionais, ganharam notoriedade no cenário nacional com seus movimentos reivindicatórios. O processo de abertura política e o surto recessivo, que ameaçava as posições alcançadas, fizeram com que estas novas classes médias¹ assumissem novas práticas políticas marcadas por tendências autonomistas e comprometidas com bandeiras democráticas.

Acompanhando a onda de greves iniciadas em 1978, de proporções inéditas desde o golpe de 64, os profissionais assalariados de “classe média” ganharam importância em termos de movimentos reivindicatórios. Proporcionalmente quanto às paralisações acontecidas em 1978, os profissionais assalariados de classe média representavam 5,8% do total das greves; já no ano de 1981 esta proporcionalidade cresceu para 44,6% do total de greves havidas no ano.²

Este comportamento tem sido analisado não só como decorrente do processo recessivo, mas também como consequência da expansão das associações técnicas e profissionais ocorrida nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, sendo os professores, funcionários públicos, engenheiros e médicos, os que duplicaram o número de associações novas após 1978.³ São estas mesmas categorias profissionais, que, com exceção dos engenheiros, deflagaram as greves mais significativas entre os profissionais de classe média naquele período.⁴ Segundo Boschi, as novas associações criadas traduziam novidades.

“Em termos gerais as novas associações podem ser vistas como organizações para-sindicais que têm a função de mobilizar um determinado segmento ocupacional para o encaminhamento de demandas ...”⁵

* Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. ex-professora da Universidade do Estado de Santa Catarina.

80 • Maria das Dores Daros de Amorim

Por se situarem fora da estrutura corporativa oficial, as associações profissionais desempenharam papel decisivo na ativação da luta sindical, principalmente nas áreas do serviço público, tentando escapar à proibição governamental da formação de sindicatos no setor público. Por isto a conquista do direito à sindicalização esteve no centro das lutas dos assalariados de classe média do setor público.

As classes médias, por outro lado, no caso brasileiro, cuja organização econômica associa oligopólios, intervenção estatal e utilização do fundo público, cresceram em importância política, na medida em que seus quadros técnicos ocuparam estruturas das empresas estatais e privadas e as estruturas gerais e particulares da regulação capitalista. Ou seja, ocuparam espaços de criação e administração dos fundos públicos, seja em relação à acumulação do capital, seja em relação à reprodução da força de trabalho.

A função de administrador dos fundos públicos dá a estas classes uma centralidade social, que se transforma em uma centralidade política, principalmente em sociedades como a brasileira, quando prevalece a ausência de representação política das outras classes, ou seja, sem esfera pública como espaço de lutas populares.

“Sem esfera pública, quer dizer a utilização do fundo público casuisticamente, sem regras gerais, sem a constituição de alteridades que imporiam clivagens e vertedouros por onde passariam as decisões sob controle dos grupos e classes sociais não apenas diretamente interessados; sobretudo os não diretamente interessados”.⁶

Nestes casos, as classes médias passam a influenciar a política em geral e as políticas particulares, orientando os rumos da política estatal.

As classes médias urbanas brasileiras emergiram a partir da segunda metade da década de 70 como importantes atores políticos⁷ na luta pela supressão do autoritarismo e ultrapassaram as práticas de grupo de interesses e dirigiram-se ao Estado, exigindo participação na elaboração das políticas governamentais.

Nosso raciocínio se fundamenta no fato de, além das reivindicações salariais e trabalhistas propriamente ditas, as demandas das associações profissionais se dirigiram à ampliação dos direitos políticos e ao avanço do processo de abertura política em andamento e tentaram di-

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 81

fundir valores democráticos e práticas participativas que, em última instância, iriam moldar um núcleo alternativo anti-regime.⁸

Assim, como os novos movimentos sociais surgidos na década de 70, as associações profissionais se orientavam na busca de formas de participação direta, na defesa da autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, buscando a formação de novas identidades políticas fundamentadas em uma noção de igualdade de direitos.

No Brasil, os chamados novos movimentos sociais tentaram reconquistar direitos tradicionalmente existentes e também lutar por novos direitos, ou seja,

*“... um lado defensivo de respostas ao regime autoritário (e também) uma tentativa de encontrar novas dimensões de vida associativa”.*⁹

Estas experiências foram construídas a partir de questões postas pelos anos 70 e por gente que, trazendo experiências vividas em tempos e espaços diferenciados, busca uma convivência mais igualitária e democratizante e enfatiza a importância da formação de uma cultura política pluralista e democrática.

A perspectiva política, imprimida pelas associações profissionais de classe média às suas lutas, levou à sensibilização da opinião pública quanto à situação de uma determinada área, como por exemplo a saúde e a educação, criticando a política governamental e sugerindo alternativas de políticas em áreas sociais cruciais.

O movimento de professores foi responsável pela maior parte das greves acontecidas nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, e, segundo Arroyo, foram os professores que mantiveram a educação em evidência.¹⁰

Os movimentos de professores, segundo Peralva¹¹, são movimentos sociais de outra natureza, uma vez que não se relacionam com o Estado somente enquanto consumidores, mas sim no intuito de lograr influir na redefinição das políticas públicas. Assim como os demais movimentos sociais, o movimento de professores, ao explicitar suas demandas, tenta influenciar na destinação dos fundos públicos, fazendo parte do cenário de conflitos que, para Touraine, se instalaram e se generalizaram na sociedade moderna. Este entendimento tem por pressuposto a necessidade de repensar as ciências sociais a partir da formação de novos atores.

82 • Maria das Dores Daros de Amorim

Entende Touraine¹² que o movimento social é o principal agente, ator, o sujeito novo, que forja a autonomia e define a natureza dos conflitos nas sociedades modernas e que o conceito clássico de classe social necessita ser constantemente reatualizado através da atuação dos movimentos sociais. Neste sentido, destaca este autor a necessidade de examinar as classes sociais como sujeitos sociais não dados, mas em processo de formação e constituição através dos movimentos sociais.

Dentro deste entendimento, busquei refletir sobre o movimento de professores da rede pública de Santa Catarina, procurando captar como este movimento se configurou em termos de prática política, como apareceu e tornou público seus interesses, enfim, qual a natureza das lutas e conflitos que estabeleceu no cenário social e político da década de 80.¹³

Os professores da rede pública formam um agrupamento profissional alocado no interior do Estado para a prestação de serviço na esfera pública. Como consequência deste tipo de entendimento, os segmentos inseridos no esquema de prestação de serviços são enquadrados nas chamadas classes médias, pois não são considerados nem operários, nem pertencentes à elite.

O que singulariza os serviços públicos estatais é que o critério rentabilidade não é o indicador para a composição do salário, mas, como chama atenção Offe¹⁴, as formas normativas e simbólicas de remuneração, isto é, o salário político. Ou seja, a remuneração é definida por critérios dados pela avaliação do nível de importância da função exercida pelo servidor, atribuída pelo aparato administrativo do Estado.

Esta especificidade dos serviços públicos, como aponta Canesin,

“traz implicações na forma de determinação dos salários e na própria natureza dos conflitos e movimentos reivindicatórios do setor”¹⁵.

Assim é que podemos entender a história da criação da Associação dos Licenciados de Santa Catarina – ALISC, que marca em primeiro lugar a luta dos professores da rede pública estadual pela valorização e reconhecimento profissional, representando também uma posição independente frente ao Estado.

Tendo como foco o Estado de Santa Catarina, pesquisei um período de forte apelo de participação (década de 80), buscando verificar como se deu a possibilidade de influir nos centros de poder e na formulação das políticas públicas, mais especificamente, na política educacional¹⁶.

84 • Maria das Dores Daros de Amorim

estruturais, ou seja, não procuro deduzir orientações e comportamentos dos professores de “condições objetivas dadas”. Antes, procuro tratá-los como atores sociais “definidos (tanto) por suas orientações culturais como pelos seus conflitos sociais”¹⁹, pois é o conflito que constitui e organiza o ator. O que objetivei pesquisar foi, em primeiro lugar, como o movimento de professores da rede pública estadual se consolidou e como se mobilizou no intuito de apontar elementos para um projeto alternativo de educação. Isto é, busco verificar a natureza do movimento de professores como ação coletiva.

Em segundo lugar, analiso, no conflito estabelecido com o aparelho de Estado, qual o impacto durável do movimento de professores. Ou seja, como as questões que geraram mais conflito com o aparelho de Estado – a questão da democratização da gestão escolar e a questão da avaliação escolar (suprimir ou não o sistema de avanços progressivos) – se traduziram na política educacional implementada.

Por fim, discuto a reação do movimento de professores diante dos desdobramentos resultantes da tentativa da execução da política educacional de maneira co-participativa – governo do Estado e movimento de professores.

Para responder às questões propostas, realizei um amplo processo de pesquisa. Para situar Santa Catarina no contexto conjuntural brasileiro e configurá-la como palco de novas lutas e demandas sociais, precisei documentar os principais eventos políticos ocorridos no Estado, na década de 80, bem como delinear a conjuntura econômica do Estado neste período. Recorri à imprensa e a trabalhos acadêmicos que analisam Santa Catarina neste período.

Já o processo de levantamento de documentos e informações a respeito do movimento de professores de Santa Catarina se apresentou bem mais complexo. Além do que estava registrado na imprensa, busquei reconstituir o movimento de professores, recorrendo ao arquivo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da rede pública do Estado de Santa Catarina – SINTE²⁰, à documentação arquivada na Secretaria da Educação, bem como a arquivos pessoais, gentilmente cedidos. Realizei também entrevistas com alguns dos principais atores deste período.

Ao procurar entender o movimento de professores da rede pública estadual de Santa Catarina, realizei um percurso intelectual, onde a pesquisa foi ajudando a desenhar com maior clareza seu objeto e seus próprios caminhos. Assim, as entrevistas feitas ao final do trabalho tiveram por preocupação elucidar questões levantadas durante a realização do

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 83

Dentro do quadro de transição política vivido no Brasil no período, Santa Catarina vivencia um processo de intensa negociação em torno da elaboração de uma nova política educacional. Os professores da rede pública estadual transformam-se, nos primeiros anos da década, em protagonistas de um grande debate em torno das questões educacionais do Estado.

O movimento de professores da rede pública estadual de Santa Catarina vinha se construindo e se consolidando desde o fim dos anos 70 e mostrava, nos primeiros anos da década de 80, capacidade de mobilização, apontando para a possibilidade de gestar um projeto alternativo de educação, cujas molas mestras eram participação e democratização.

Interessou-me saber como o movimento de professores foi se constituindo como movimento social, indo além da defesa de interesses específicos, buscando intervir na formulação da política educacional. É necessário lembrar que trato sempre do movimento de professores, embora fizessem parte desse movimento os chamados especialistas (orientadores educacionais, administradores e supervisores escolares), pois todos tinham como base de identificação profissional o fato de serem, em primeiro lugar, professores.

Compreendendo movimento social como “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização de recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia e da ética”¹⁷, me propus a investigar práticas e orientações do movimento de professores da rede pública estadual de Santa Catarina.

Entendo que os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida no Brasil, entre os anos de 1978 e 1985, quando, com a liberação das forças sociais antes reprimidas, observa-se uma forte pressão sobre a pauta de decisões das políticas sociais.

Em conjuntura de transição política, os atores vão estabelecendo as regras sob as quais desenvolvem-se as negociações e os acordos políticos; se o contexto é o mais democrático, os interesses são mais livres para exercer pressão sobre o Estado. Assim,

“...o jogo político depende intensamente das variáveis que se referem à intervenção dos atores (...) e não se subordina inteiramente a predeterminações de ordem estritamente estrutural”¹⁸.

Não busco, portanto, o significado das ações dos professores somente em sua posição no sistema social, derivando suas ações das características

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 85

mesmo, como: a co-responsabilidade na elaboração e gestão da política pública da educação, a articulação entre a cúpula e a base do movimento de professores, entre outras questões.

As perguntas iniciais sobre as características e circunstâncias do movimento de professores orientaram as primeiras investigações e os resultados destas pesquisas, por sua vez, determinaram novas perguntas, num constante diálogo entre teoria e investigação.

Ao analisar o movimento de professores da rede pública estadual de Santa Catarina como um movimento social em período de transição política, tracei um panorama da transição política brasileira, partindo da análise de um fato marcante ocorrido em Florianópolis – o episódio acontecido na visita do então presidente Figueiredo em 1979. Procurei mostrar, a partir desse episódio, as nuances do processo da transição política brasileira .

Como se vivia aqui, também no restante do país, o processo de transição política, destaquei a emergência de vários movimentos sociais urbanos e rurais, juntamente com um progresso econômico bastante acentuado. Tudo isto gerou a possibilidade da eleição para governador, em 1982, se desenvolver dentro de configuração social e dinâmica política inéditas até aquele momento.

Vejo o surgimento do movimento de professores da rede pública como articulado aos vários movimentos de professores surgidos no Brasil, no início dos anos 80. Neste processo, tem fundamental importância a Confederação dos Professores do Brasil – CPB na construção de um novo posicionamento dos professores a partir do final da década de 70, denunciando a política educacional vigente e articulando e unificando os movimentos de professores de todo o Brasil.

A primeira greve dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina, ocorrida no final de 1980, tem conseqüências para a Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina – ALISC. Surgem, a partir daí, novas lideranças, que resultam na constituição de uma nova diretoria da Associação dos Professores. Essa nova diretoria se preocupou com a aglutinação em torno da ALISC de outras associações de professores do Estado, estabelecendo um novo patamar em termos da organização dos professores.

Os encontros de professores, promovidos a partir dos primeiros anos da década de 80, representaram um novo espaço, onde os professores foram se reconhecendo na discussão coletiva como sujeitos políticos.

Tanto os encontros promovidos pela ALISC, como os promovidos pela CPB, foram momentos importantes na apropriação e reapropriação de idéias e significados que orientaram posições e práticas e criaram, ao mesmo tempo, uma nova identidade ocupacional e social para os professores.

Os professores estaduais de Santa Catarina, tendo já uma considerável discussão a respeito dos problemas educacionais, exigiram, então, participar da elaboração de uma nova política educacional e negociaram essa participação, conseguindo se articular e fazer uma ampla mobilização, principalmente de professores, em torno da discussão de um novo plano de educação.

Os embates havidos em torno do controle do processo de participação desencadeado, tanto pelo aparelho de Estado como pelo movimento de professores, se dão principalmente em torno de algumas questões: a questão da democratização da gestão escolar e a questão da avaliação escolar. Estes pontos se transformam nos pontos principais do debate e vão se construindo argumentos utilizados na defesa das posições divergentes.

O movimento de professores se organizou para a discussão de uma política educacional, bem como para acompanhar a implementação e execução desta política de forma participativa. Isto se traduziu na convivência de uma comissão formada por representantes dos professores, a Comissão de Implantação do Plano, dentro do aparelho de Estado.

Buscou, portanto, a possibilidade de influir na formulação e na execução das políticas públicas, e por conseqüência, influir nos centros do poder, especificamente no campo educacional.

A investigação do movimento dos professores catarinenses se debruçou, em primeiro lugar, sobre a mobilização havida em torno da elaboração da política pública de educação e, para isso, investigou como os professores da rede pública de Santa Catarina se converteram, de uma categoria específica, em sujeito coletivo, explicitando práticas e orientações até então pouco visíveis. Ou seja, em termos de visibilidade pública, os professores catarinenses se constituiriam na categoria de assalariados com grande poder de mobilização da década de 80.

O professor pertence a um agrupamento profissional que tem a especificidade de desenvolver um conjunto de atividades orientadas para prestar serviços ou executar tarefas entendidas como de interesse público. Portanto, é a natureza de seu trabalho assalariado alocado no espaço

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 87

da administração pública, tendo o Estado como empregador, que dá especificidade a sua emergência no cenário político, num quadro de possibilidades postas pela relação sociedade e Estado.

A sociedade catarinense e brasileira mostrava especificidades na década de 80, decorrentes do processo de abertura política, quando se desarticulava uma velha ordem política e se buscavam estabelecer relações mais democráticas.

Neste cenário aparecem novos atores sociais com o ressurgimento do movimento operário e de vários outros movimentos sociais, entre eles o movimento de professores, que buscavam novas formas de fazer política.

Os governadores, eleitos a partir de 1982, independente do partido político a que pertencessem, tiveram que levar em consideração as reivindicações sociais por maior participação nas decisões políticas.

Cabe lembrar que esta possibilidade, além de estar ancorada na reorganização da sociedade, foi decorrente da própria relação que o Estado manteve com as instituições intelectuais, durante o período autoritário.

Em primeiro lugar, esta relação se reflete na universidade, que, no período 60-73, teve seu número de alunos aumentado em 797%²¹. Embora diferenciada, uma vez que esta ampliação se deu principalmente pela multiplicação de escolas isoladas do setor privado, *“a expansão do número de matrículas e do corpo docente mostraram que essa expansão descomunal do sistema de ensino no Brasil permitiu a criação de uma base social própria para a inteligência brasileira, que consome o que ela faz”*²².

Em Santa Catarina, a possibilidade de frequentar um curso superior ampliou-se muito pela autorização, no período 1968/1974, de 71 novos cursos superiores, dos quais 51 eram licenciaturas.²³ Espalhadas pelo interior do Estado, foram as licenciaturas as responsáveis, em grande parte, pela expansão do ensino superior em Santa Catarina, influenciando na formação dos professores da rede pública estadual.

Por outro lado, como mostra Pécaut²⁴, no Brasil as instituições intelectuais persistiram apesar da repressão e, o que é mais importante, o Estado autoritário não deixou de se dotar de instrumentos institucionais de apoio à pesquisa científica e tecnológica. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) continuaram tendo apoio durante o período autoritário.

Os intelectuais, por sua vez e aproveitando esta brecha no Estado autoritário, intensificaram sua organização em várias instituições científicas, transformando-se em *“ator político unificado nessa conjuntura em que o Estado autoritário continua no poder, mas tolera espaços democráticos cada vez maiores”*.²⁵

Neste rastro, o campo educacional se reorganiza e se reincorpora à luta oposicionista. Organiza vários eventos que articulam os intelectuais da área educacional, como as CBEs e a produção teórica da área, ampliada pelo aumento do número dos cursos de pós-graduação em educação, começa a ser veiculada por inúmeras revistas especializadas, destacando-se entre elas a revista **Educação e Sociedade**.

Assim, os professores de 1º e 2º graus do Brasil puderam se beneficiar das discussões elaboradas e veiculadas pelos intelectuais da educação, principalmente a *“produção teórica de esquerda – quase sempre oriunda dos programas de pós-graduação das universidades – que critica a educação capitalista e a política educacional brasileira”*.²⁶

Dentro deste quadro nacional e nas condições vivenciadas em Santa Catarina, onde várias forças sociais tinham importância significativa, cresceu a mobilização dos professores de 1º e 2º graus da rede pública na década de 80.

O surgimento e a consolidação da ALISC – Associação dos Licenciados de Santa Catarina – responderam também à situação precária dos professores, uma vez que a ampliação de seu número se deu sem qualquer vínculo empregatício com o Estado, sendo os professores contratados em caráter temporário.

A ampliação do número de professores deveu-se, principalmente, ao crescimento da matrícula do ensino de 2º grau, que aumentou cerca de 457% no período 1967/1976, no Estado, tendo este crescimento correlação com as alterações econômicas vividas pela sociedade catarinense nas últimas décadas.

Como consequência, expandiu-se a máquina governamental, que necessitou ampliar suas funções no âmbito do setor público e que teve aqui também um efeito perverso: deterioração dos serviços prestados e queda nos níveis salariais do emprego público.

A agência estatal responsável pelos serviços públicos educacionais, a Secretaria da Educação, instituiu-se como o local de incorporação de servidores públicos através de critérios clientelísticos de absor-

ção, como foi o caso da indicação dos diretores de escola a partir de 1970. Respondeu, portanto, às aspirações político-eleitorais dos grupos que exerciam o controle do processo político em Santa Catarina.

É nesse conjunto de fatores que, na conjuntura examinada, a questão do ensino público e o desenvolvimento da organização dos professores se inserem.

O conjunto das ações coletivas desenvolvidas pelos professores da rede pública, entendidas como um movimento social, caracterizaram-se basicamente por apresentar reivindicações frente a um locutor específico – o Estado. Tanto a questão salarial como as questões referentes à participação na elaboração da política educacional e à perspectiva de democratização da gestão escolar orientaram-se no sentido de pressionar o Estado e suas agências no sentido de estabelecer relações políticas (Estado – movimento) mais democráticas.

Também examinando o quadro de mobilizações dos professores e sua organização no período (década de 80), verifica-se que ela se realizou a partir da constituição de um novo discurso, que incorporou as discussões dos intelectuais da educação de crítica à política educacional. Reapropriando-se destas idéias e significados, o movimento dos professores da rede pública de Santa Catarina orientou suas ações no sentido de criar uma nova identidade, nas práticas derivadas da posição de lutar por espaços mais democráticos e se reconhecer na linguagem nova como atores do cenário político do momento. Assim, ganharam novo sentido a luta pela participação na elaboração e gestão da política educacional do Estado, bem como as discussões da gestão da escola. Vale lembrar que estas bandeiras se legitimaram também na luta em favor da aceleração e consolidação da transição democrática brasileira.

Relacionando-se com o Estado como sujeitos reclamantes de direitos, o movimento dos professores da rede pública de Santa Catarina estabeleceu com o governo do Estado um confronto quando da discussão da política educacional, ocorrida nos anos de 1983 e 1984.

Contando com uma considerável discussão a respeito dos problemas educacionais, acumulada durante os sucessivos encontros de professores promovidos tanto pela ALISC no Estado, como nos encontros promovidos pela Confederação dos Professores do Brasil, o movimento de professores da rede pública catarinense criou demandas por participação e o governo Amim respondeu a estas demandas quando anunciou

90 • Maria das Dores Daros de Amorim

“envolver segmentos diretamente ligados à educação no estabelecimento de uma nova política educacional.”

Estabeleceu-se, a partir daí, um confronto pelo controle do processo de discussão da política educacional, mostrando o movimento de professores públicos um grande poder de articulação e mobilização em torno de questões consideradas prioritárias – a eleição de diretores, o estatuto e o plano de carreira e a questão do sistema de avaliação escolar utilizado em Santa Catarina.

Vale lembrar que a discussão ampliada da política educacional do Estado foi possível graças à busca de legitimidade do governo Amim, já que este tinha, como um dos seus princípios de governo, a participação comunitária. Exemplo disto é o relatório de governo de 1987, quando afirma: *“Os princípios enunciados na Carta dos Catarinenses encontraram no campo da educação um fértil terreno e nele deixaram marcas (...). Nunca em nossa história, tanta gente participou de um processo similar de discussão e decisão conjunta (...).”*²⁷

Na interlocução com o Estado através dos governos do período – Esperidião Amin (1983-1987) e Pedro Ivo (1987-1991) – o movimento de professores publiciza-se como sujeito coletivo, constituindo-se nas tentativas de negociação para fazer valer seus interesses e direitos e para pressionar o Estado a assumir responsabilidade com a educação pública.

O reconhecimento como sujeito coletivo dá-se no processo de embates e conflitos, onde os professores lutam para estabelecer relações mais democráticas no plano das relações de trabalho, das relações com o Estado e também no plano da cidadania política.

Sua ação coletiva caracterizou-se por questionar padrões de prática política orientada pelo clientelismo político presente em Santa Catarina, como era o caso da indicação dos diretores de escola.

A discussão se concentrou principalmente na natureza da função do diretor, entendida como política e, por isso, a alternativa de concurso público não apareceu, pois a percepção social da função do diretor era política e não técnica.

A eleição de diretor respondia a uma tarefa considerada prioritária pelo movimento de professores – a democratização da escola – uma vez que *“se a transformação deste País não depende só da escola, é certo que não há de acontecer sem passar por ela.”*

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 91

Assim, a construção de uma nova sociedade exigia uma escola democrática, participativa, e era necessário um administrador eleito democraticamente para exercer com eficiência política esta função.

As conquistas de eleição de diretor e da instituição de conselhos deliberativos nas escolas, embora parciais – uma vez que quanto à eleição de diretor, o movimento de professores teve que negociar com o Executivo vantagens para os ocupantes de cargos de direção indicados anteriormente – não resultaram de concessões unilaterais do governo, mas sim da organização das lutas e da pressão através das quais se procurou convencer a opinião pública e o próprio governo acerca da importância dessas conquistas.

Vale lembrar que a instituição de eleição de diretor foi facilitada pelas ambigüidades do governador Amin, já que, ao apoiar as eleições diretas para Presidente da República, acabou utilizando as eleições de diretor de escola como *marketing* político, como bem demonstra uma propaganda governamental, cujo título era: *Em Santa Catarina, eleição direta começa na escola.*

Por outro lado, ao lutar por instituir a eleição de diretor através de lei aprovada pela Assembléia Legislativa, o movimento de professores põe em evidência a importância do espaço jurídico como garantia de direitos.

E foi neste campo que posteriormente se deu o embate em torno desta questão, com o governador Pedro Ivo questionando a constitucionalidade da lei que instituiu a eleição de diretor, e os professores, através da ALISC, conseguindo na justiça a garantia de permanência nos cargos dos diretores eleitos, através de liminar de reintegração dos diretores exonerados no início de 1988.

Assim, o movimento de professores de Santa Catarina orientou-se também por constituir um espaço jurídico e, simultaneamente, declarar a necessidade permanente de ações coletivas para defendê-lo.

As novas formas de relação política foram, portanto, fundadas por determinados Direitos enquanto princípios geradores de democracia. Vale lembrar que a eleição de diretor está consagrada na Constituição de Santa Catarina de 1989 (artigo 162, VI) sendo aqui também resultado das pressões exercidas pelo movimento de professores sobre os deputados.

Nos constantes conflitos que se estabeleceram entre o movimento de professores e o Estado, está o referente a Salário, Estatuto e Plano de Carreira.

92 • Maria das Dores Daros de Amorim

A natureza do trabalho do professor e as implicações políticas decorrentes do mesmo estão baseadas no fato de ser o professor um assalariado do setor público, cuja forma de remuneração é dependente de um “salário político”, ou seja, da avaliação que cada governo faz da importância de manter o poder aquisitivo deste agrupamento profissional, que presta serviços para determinados segmentos sociais.

Ao lutar por estabelecer um Estatuto e um Plano de Carreira, o movimento de professores transcendeu os limites da simples barganha em torno da remuneração do trabalho, trazendo para o interior do Estado reivindicações e demandas que objetivaram modificar interesses e concepções presentes nas relações políticas de Santa Catarina.

Ao reivindicarem condições materiais e não materiais que lhes foram negadas pelo Estado, os professores da rede pública de Santa Catarina buscaram resgatar o prestígio ocupacional e estabelecer novas bases de relação entre eles e o Estado, fundadas em concepções tematizadas pelo sindicalismo brasileiro, bem como nas representações partidárias em curso na década de 80: a busca de uma convivência mais igualitária e democratizante.

Trouxeram, portanto, para o interior do Estado, concepções que tinham como meta reformar o Estado e a própria sociedade.

No entanto, as conquistas presentes no Estatuto e no Plano de Carreira, nem sempre cumpridas, bem como as reposições salariais quase sempre insuficientes revelaram as condições precárias do trabalho pedagógico e fizeram das greves um instrumento muitas vezes utilizado pelo movimento de professores.

Tal instrumento, no entanto, fez emergir as contradições existentes entre os professores e seus virtuais aliados: os alunos e pais de alunos.

Se, por um lado, os governos, apesar de sempre anunciarem “prioridade para a educação”, foram incapazes de melhorar as condições do ensino público, por outro lado, os professores “só sabem fazer greve”.

Ao propor uma nova política educacional, elaborada de forma participativa, o movimento de professores públicos catarinense buscou aumentar sua legitimidade junto a pais e alunos, incorporando-os às discussões e levantando as questões eminentemente pedagógicas, como é o caso do sistema de avaliação de aprendizagem utilizado em Santa Catarina.

Ao colocar em pauta uma questão já consensualmente reconhecida como prejudicial ao ensino catarinense – a promoção automática em que se havia transformado a proposta de avanços progressivos – os professores da rede pública estadual responderam a um anseio popular de retomar a qualidade do ensino público catarinense.

Por isso, a discussão sobre o problema não levou em consideração que o sistema de avanço progressivo era uma nova concepção de projeto de ensino-aprendizagem, onde o sistema de avaliação do rendimento escolar, além de ser uma das funções docentes, era apenas um dos aspectos de uma outra concepção de ensino .

Se antes, quando da adoção do sistema de Avanços Progressivos (1970), os professores não tinham expressão política para influir na definição da política educacional, agora, década de 80, a situação se modificara e o movimento de professores da rede pública ganhara força política para influir nos rumos da política educacional, instituindo-se como sujeito coletivo, participando da correlação de forças, que configuravam os mecanismos de poder no cenário político catarinense do momento.²⁸

Cabe, aqui, lembrar que a possibilidade de elaborar de forma participativa as discussões para o estabelecimento da política educacional foi viabilizada também pela pressão feita pelo movimento de professores para que o Estado financiasse todos os eventos ocorridos (seminários locais e regionais e o congresso de Lages).

Tentando elaborar questões que respondessem às preocupações temáticas no âmbito do trabalho escolar, o movimento de professores tentou dar conta de um projeto de política educacional de interesse da categoria, que se traduziu no Plano Estadual de Educação 1985/1988.

Questionou, assim, as formas burocráticas e centralizadas de elaboração dos planos de educação.

Primeiramente, questionou o Conselho Estadual de Educação, órgão da cúpula do aparelho de Estado, responsável pelo estabelecimento da política educacional. Como conseqüência, o Conselho Estadual de Educação reagiu e não considerou o resultado das discussões um Plano, sendo este argumento legal utilizado posteriormente por Pedro Ivo, quando se elegeu governador, para não assumir compromisso com aquelas propostas.

Cabe lembrar, no entanto, que embora tivesse, por lei, a prerrogativa de elaborar os Planos Educacionais, o Conselho Estadual de Educa-

ção não teve condições políticas de elaborar um Plano de Educação, usando as discussões do Congresso de Lages, apenas como subsídios.

Portanto, o movimento de professores conseguiu, naquele momento (década de 80), explicitar que *“o Direito tem o poder simbólico de figurar uma sociedade democrática à medida que, ao ser declarado, paradoxalmente, passa a legitimar o poder, mas, também, expressar a diferença, a desigualdade, minando a legitimidade do poder instituído”*²⁹. Foi dentro deste raciocínio que se tentou instituir a co-gestão do movimento e do Estado para a execução da política educacional.

Este embate mostra as possibilidades e as dificuldades vivenciadas quando se buscou democratizar as relações de poder, constituindo a Comissão de Implantação do Plano Estadual de Educação na Secretaria da Educação, porém mantendo-se a estrutura hierárquica anterior.

A tensão de definir a participação no jogo institucional, que, se por um lado aglutinava a adesão de muitos, por outro lado, como não era consenso dentro da Associação dos Licenciados de Santa Catarina-ALISC, acirrou as disputas político-ideológicas presentes na associação. As lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores e à Convergência Socialista eram contra a participação da entidade na Comissão de Implantação do Plano. Como não tinham força, no momento, na entidade, não conseguiram impor sua vontade. Posteriormente cresceram e chegaram à direção da ALISC, mudando a posição da entidade.

No período analisado por este trabalho, as lideranças da associação dos professores eram ligadas ao PMDB, com forte participação do PC, e, por serem maioria dentro da entidade, conseguiram encaminhar pela participação.

Cabe aqui lembrar que a oposição brasileira, que representava várias forças e que estava aglutinada em torno do PMDB, *“rompeu-se justamente no momento que renascia um sindicalismo mais ativo”*.³⁰

A questão da participação na Comissão continuou presente nas discussões; uma outra associação, presente na Comissão de Implantação, a Associação dos Orientadores Educacionais, ao perceber as inúmeras dificuldades para encaminhar uma gestão co-participativa do Plano Estadual de Educação, se retirou, tornando pública sua decisão.

Tanto as divergências internas da ALISC, como o entendimento diferenciado das entidades que compunham a Comissão acabaram por enfraquecer a possibilidade de estabelecer estratégias mais eficientes de

enfrentamento com o Estado, no sentido de garantir a co-gestão da política educacional pretendida, via estratégia de Comissão de Implantação.

Enfrentando uma agência governamental – a Secretaria da Educação –, que se reestruturou para prescindir das funções da Comissão, inclusive criando uma estrutura paralela de assembléias de unidade e assembléias gerais, que objetivavam envolver mais coletivamente seus funcionários nas decisões referentes ao Plano, a Comissão de Implantação, durante os dois anos de sua existência (maio de 1985 a junho de 1987), não possuiu a infra-estrutura necessária, nem mesmo conseguiu se dotar de um mínimo de racionalidade para fazer frente às suas funções.

A institucionalização da Comissão mostrou-se insuficiente; uma vez que não basta afirmar princípios, é necessário ampliar competência e eficiência no jogo do poder, pois são várias as possibilidades de transformação e controle sobre ele.

O convívio na Secretaria da Educação demonstrou à Comissão que as relações de poder concretizam-se no interior da burocracia, através do privilegiamento dos interesses dos grupos presentes na cúpula do aparelho de Estado e pelo impedimento, por meio de dispositivos legais e burocráticos, de outros interesses, como era o caso dos interesses dos professores.

Se, por um lado, o movimento dos professores soube aproveitar as fraturas do poder e demonstrou enorme capacidade de se organizar e se mobilizar em torno das questões julgadas de maior interesse da categoria, respondendo também aos anseios populares de recuperação da escola pública, o convívio mais próximo com o processo decisório demonstrou que ainda lhes faltava a possibilidade de estabelecer estratégias e procedimentos que dessem conta de uma agência governamental ainda muito impregnada dos resquícios do Estado autoritário.

Cabe lembrar que o próprio entendimento de participação não estava dado anteriormente no movimento de professores, mas foi se constituindo em termos de uma democracia diferente da democracia representativa, ou seja, participação significava democracia direta: principalmente participação na elaboração e na gestão da política educacional. No entanto, a capacidade demonstrada pelos professores de expressar uma demanda específica – a política educacional – não garantia que estes tivessem uma visão articulada de sociedade e Estado que clareasse estratégias e procedimentos para o convívio com o processo decisório.

96 • Maria das Dores Daros de Amorim

E assim, no embate havido entre a comissão e o governo do Estado, as conquistas dos professores foram sofrendo desgastes desde o governo Amin, o que continuou a ser feito no governo Pedro Ivo com a extinção dos Conselhos Deliberativos, com a exoneração dos diretores eleitos e, por fim, com a extinção da Comissão de Implantação.

Embora o governo do Estado fosse, a partir de 1987, do PMDB, este partido naquele momento estava muito comprometido, pois “*revelou-se após 1985, um quase fracasso como partido de governo, após aliar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) em plano nacional*”.³¹

Por fim, a questão que se coloca relaciona-se com o processo da transição democrática vivenciado no Brasil no período. As transições democráticas são processos abertos e cheios de contradições, o que ajuda a entender que os movimentos sociais e o próprio partido da transição (PMDB) foram mais capazes de se opor a um governo autoritário, do que ajudar a construir um governo democrático.

No embate com o Estado e na luta pela construção de um projeto de política educacional, centrada nas idéias de participação e democratização, os professores da rede pública estadual de Santa Catarina se constituíram em sujeitos coletivos, constituindo um tipo particular de movimento social.

A década de 80 foi o cenário do embate no qual esta configuração aconteceu, porém, se a sua entrada em cena marca o início de sua publicização, esta continua presente com novos desafios postos pela década de 90.

Notas

1. Analisando dados dos censos de 1970 e 1980, Boschi observa a emergência de uma nova classe média urbana e o declínio da velha classe média urbana – aumento desproporcional do setor terciário, declínio das ocupações por conta própria, crescimento do número de emprego na administração pública e uma expansão do consumo de serviços coletivos. In: A abertura e a nova classe média na política brasileira 1977-1982. **Dados: Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol. 29, nº 1, p.6.
2. Enquanto os profissionais assalariados de classe média aumentaram o número de greves do setor no período 1978/1981, os traba-

O movimento dos professores da rede pública estadual ... • 97

- lhadores industriais que representavam 75,9% do total de greves em 1978, passaram a representar somente 29,7% das greves no ano de 1981. Conf. Maria Hermínia Tavares de Almeida – “O Sindicalismo brasileiro, entre a conservação e a mudança”. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, M.H. Tavares (orgs.) **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 204. Ver também RODRIGUES, Leôncio Martins. A sindicalização da classe média. In: **Jornal Folha de São Paulo**. 24/05/92. p. 3.
3. Embora o levantamento tenha sido feito no Rio de Janeiro, muitas associações tinham escopo nacional, o que se pode deprender pela denominação “nacional” ou “brasileira” em seus registros (20% das 144 associações registradas após 1978) conforme BOSCHI, Renato. A abertura e a nova classe média na política brasileira 1977-1982. Dados: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 1, p. 13.
 4. *Ibidem*. p. 13.
 5. *Ibidem*, p.13
 6. OLIVEIRA, Francisco. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sonia (org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. 1990. p. 64.
 7. A noção de ator, que numa determinada tradição sociológica indica aquele que representa um papel definitivo no nível de estrutura social, foi reconotada por Touraine como um elemento dotado de autonomia. In: TOURAINE, Alain. **El regreso del actor**. Buenos Aires: Editorial Universitária. 1987.
 8. BOSCHI, Renato. Entre a cruz e a caldeira. Classes médias e política na terra da transição. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.) **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC. 1990. p.165.
 9. VIOLA, Eduardo e MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais – Cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano – os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense. 1987. p.149.

98 • Maria das Dores Daros de Amorim

10. ARROYO, Miguel Gonzales. O acontecimento em educação. O movimento de professores. In: **Aconteceu Especial. A Educação no Brasil – 1987-1988**. São Paulo: CEDI. 1990. p.155.
11. PERALVA, Angelina. E o movimento de professores da rede pública? **Cadernos de Pesquisa**. (64) fev. 1988. p.65.
12. TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. **Lua Nova** . São Paulo (17):5-18, jun 1989.
13. PERALVA, em trabalho recente, aponta para a necessidade de desconstruir a hipótese de que a luta dos professores públicos poderia ser explicada como um movimento social. Ao contrário, diz a autora, “é preciso dizer (...) que, por definição, a ação coletiva dos professores públicos não pode ser senão um movimento histórico orientado para o desenvolvimento, para a luta contra a exclusão e para a integração nacional”. In: **Reiventando a Escola**. A luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática. Tese de livre-docência. FEUSP. São Paulo, 1992. p.129. Cabe ressaltar que os dados empíricos coletados por este trabalho não me permitiram chegar à mesma conclusão que Peralva.
14. OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1991. p.25.
15. CANESIN, Maria Tereza. **Um protagonista em busca de interlocutor**. Resgate da história do movimento de professores da rede pública de Goiás– 1979-1989. Tese de doutorado. PUC/SP. 1993. p.22.
16. Este artigo tem como base minha tese de doutoramento **Em busca da participação**. A luta dos professores públicos de Santa Catarina pela democratização da educação, defendida na Faculdade de Educação da USP em 23/06/94.
17. TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue**. Política e sociedade na América Latina. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988, p.182.
18. REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do Estado. In REIS, F. Wanderley e O’DONNEL G. (org.) **A democracia no Brasil**. Dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.12.

19. TOURAINE, Alain. **El regreso del actor**. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1987.
20. O SINTE/SC foi criado em 6 de outubro de 1988 (data do pedido de registro junto à Delegacia Regional do Trabalho).
21. WHITAKER, apud PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo, Ática. 1990. p. 264.
22. MICELLI, Sérgio. Os intelectuais brasileiros e o Estado. In: Soares, Maria Susana Arrosa. (coord.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre, Eduni-sul. 1984. p. 128.
23. AMORIM, Maria das Dores Daros. Ensino fundacional. Por que e para quê? In: **Cadernos do CED**. Florianópolis: UFSC. 1987. P.80.
24. PÉCAUT, Daniel. op. cit. Principalmente capítulo 4.
25. Ibidem. p. 307.
26. GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil**. (1964-1985). São Paulo, Cortez. 1992. p. 243.
27. SANTA CATARINA. **Relatório de governo**. Florianópolis. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. 1987.
28. A derrubada do sistema de avaliação então vigente foi definida no congresso de Lages, que representava a etapa final de um longo processo de discussão feito em congressos municipais e regionais, que envolveu cerca de 1.500.000 pessoas. Conforme Santa Catarina. **Democratização da educação**. A opção dos catarinenses. SE. Florianópolis: 1984.p 17 e 18.
29. CANESIN, Maria Tereza. **Um protagonista em busca de interlocutor**. Resgate da história do movimento de professores da rede pública de Goiás. 1979-1989. Tese de doutorado. PUC/SP. 1993.
30. NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves na transição brasileira**. Dissertação de mestrado. UNICAMP. 1992. P. 51.
31. WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras. 1992. p. 114.